

# Quando o inimigo não aceita ser adversário: a relação agonística e antagonista de PMDB e PP em Santa Catarina

João Kamradt<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo procura estudar o comportamento agonístico e antagonista das principais lideranças políticas do PMDB, PP e PSD nas negociações para coligação conhecida como “Tríplice Aliança” nas eleições de 2014 em Santa Catarina. Para tanto, é utilizado o referencial teórico desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A pesquisa tem como base as reportagens e as falas reproduzidas pelos principais jornais catarinenses durante os anos de 2012 até 2014 - período em que foram noticiadas as negociações em torno da coligação. No referencial teórico, se prioriza a utilização da teoria do discurso e do desenvolvimento de conceitos como hegemonia, agonismo e antagonismo.

**Palavras-chave:** Agonismo. Antagonismo. Hegemonia.

## When the enemy does not accept opponent: the agonistic and antagonistic relationship of PMDB and PP in Santa Catarina

### Abstract

This article aims to study the agonistic and antagonistic behavior of the main political leaders of the PMDB, PP and PSD in negotiations for coalition known as the Triple Alliance in the 2014 elections in Santa Catarina. Thus, the theoretical framework developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe is used. The research is based on the reports and speeches reproduced by Santa Catarina main newspapers during the years 2012 to 2014 - the period when the negotiations on the coalition were reported. Within the theoretical framework, we prioritize the use of discourse theory and the development of concepts such as hegemony, agonism and antagonism.

**Keywords:** Agonism. Antagonismo. Hegemony.

## 1. Um Olhar sobre a “Tríplice Aliança”

Doze anos depois, três mandatos consecutivos e dois governadores eleitos, a “Tríplice Aliança”<sup>2</sup>, como foi chamada a coligação entre três dos cinco maiores

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social, com ênfase em jornalismo pelo IELUSC, mestrando do curso de Sociologia Política da UFSC.

<sup>2</sup> Nas eleições de 2002 e de 2006, o candidato – que viria a ser eleito – foi Luiz Henrique da Silveira (LHS) do PMDB. Ele foi apoiado por uma coligação que possuía como grandes parceiros o PSDB e o DEM. Ao longo da campanha tentou atrair o PT, obtendo sucesso no âmbito federal com o apoio de Lula, mas sem o mesmo êxito no nível regional. Em 2010, LHS foi concorrer ao senado e colocou como cabeça de chapa Raimundo Colombo, então no DEM, mas que logo iria para o PSD. PSDB e o PMDB estavam na chapa.

partidos<sup>3</sup> de Santa Catarina, chegou ao fim em junho de 2014. A dissolução do acordo, tentado exaustivamente até o limite do tempo estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o anúncio das candidaturas e suas coligações, veio na contramão da vontade de composição do atual governador, Raimundo Colombo (PSD), que não conseguiu contornar a rixa existente entre PMDB e PP, legendas rivais desde os tempos de ditadura em que eram representadas pelo MDB e pela Arena. Os dois partidos não aceitaram dividir espaço em uma chapa. Desde que Luiz Henrique da Silveira (PMDB) se elegeu governador em uma disputada eleição contra Espiridião Amin (PP) em 2002, uma fórmula para a vitória surgiu: o candidato que obtivesse o apoio de três dos cinco principais partidos do Estado seria vencedor, já que teria um exército de vereadores e de prefeitos trabalhando para sua candidatura, além de um longo tempo de televisão.

Assim, quando Paulo Bauer (PSDB) se elegeu senador em 2010 na chapa que também colocou Colombo no governo estadual, tanto o novo governador como o antigo, LHS, sabiam que para conseguir a vitória sem dificuldades nas eleições de outubro deste ano, seria necessário agregar uma nova sigla ao projeto de reeleição de Colombo. Surgiram dois planos. O mais ambicioso era não só reformatar a “Tríplice”, mas criar uma aliança de quatro grandes partidos. A segunda hipótese era agregar uma terceira sigla, que seria necessariamente o PP ou o PT. E aí, começaram as divergências. Enquanto LHS tentava atrair o PT, partido aliado a nível federal, mas numa constante oposição em nível estadual, Colombo via no PP, sigla cansada dos oito anos de oposição ao governo LHS, um parceiro provável. Foi essa estratégia que fez Raimundo Colombo tentar unir os rivais: “assumo a responsabilidade de coordenar todos os partidos aliados e construir o processo eleitoral de 2014” (FELTHAUS, 2014a). Mas, como se verá posteriormente, a reunião, de discursos tão antagônicos não foi possível e as tentativas de Colombo falharam.

A primeira falha veio com o PT. Por mais que Raimundo Colombo tenha se mostrado grato ao governo federal e reiterado seu voto a presidente Dilma inúmeras vezes, os militantes petistas do estado não abriram mão da candidatura própria. Além disso, conflitos entre as lideranças petistas – Ideli Salvatti e Cláudio Vignatti – fizeram com que não houvesse possibilidade de composição. O PSDB

---

<sup>3</sup> Em Santa Catarina, os cinco maiores partidos são medidos pelo número de filiados que registram e pelo número de prefeituras que possuem ou nas quais fazem parte do governo. Nessa perspectiva, as cinco maiores siglas de 2002 a 2010 eram: PMDB, PP, PSDB, DEM e PT. Depois, o PSD substitui o DEM nessa lista, já que levou boa parte de seus membros.

também ficou distante, já que Paulo Bauer não via motivos para não concorrer ao governo do Estado. Como senador, poderia se licenciar para concorrer ao governo e em caso de derrota voltar para mais quatro anos de mandato em Brasília. Sendo assim, o Partido Progressista, rival histórico do PMDB, assim como Amin é de Luiz Henrique da Silveira, era a possibilidade mais real de união para um projeto de governo. E gestos foram feitos nesse sentido.

Primeiro, o governador Raimundo Colombo convidou o PP para fazer parte do governo. Depois, auxiliou no processo sucessório para a presidência da Assembleia Legislativa (Alesc) que terminou com uma eleição de chapa única, que fez com que o mandato fosse dividido entre Joares Ponticelli (PP) e Romildo Titon (PMDB), com dois anos para cada. Depois, Colombo fez uma viagem oficial junto com o seu vice, abrindo caminho para que Ponticelli assumisse temporariamente o governo, o que gerou um efusivo agradecimento: “Esse gesto não é um gesto apenas em favor da minha pessoa, mas também de aproximação com o meu partido” (ALESC, 2013, s./p.).

Com o terreno sedimentado entre os deputados estaduais que, por sua vez, tentavam transmitir o sentimento de união para os militantes espalhados pelo Estado, o próximo passo veio em 2014, quando Colombo convidou o PP para – junto com o PSD, que ele comandava, e o PMDB –, compor uma nova formação da “Tríplice Aliança”. Com inúmeras críticas de lideranças do PMDB, o acordo foi digerido aos poucos, sendo que até mesmo uma carta de intenções foi escrita e assinada, na qual Colombo se comprometia em colocar um candidato do PP em uma das vagas na disputa para o senado. Mas rapidamente tudo ruiu, quando a velha rixa entre progressistas e peemedebistas veio à tona e ressurgiram discursos que lembravam da mágoa existente entre as siglas. Em um primeiro momento, o PMDB não aceitava o PP. Depois, aceitava desde que pudesse vetar o nome que concorreria ao Senado. O processo fez com que o PP abandonasse o projeto de “Tríplice Aliança” e migrasse em uma noite para uma coligação com o PSDB, em acordo no qual Ponticelli aceitou ser o candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Paulo Bauer (PSDB) – Paulo Bornhausen (PSB) foi o nome ao Senado. Por sua vez, Colombo terá como vice o atual vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB), e Dário Berger (PMDB) irá concorrer ao senado na chapa.

O objetivo principal desse artigo é compreender o comportamento das principais lideranças catarinenses envolvidas nas negociações para a composição da “Tríplice Aliança” nas eleições de 2014 e seus desdobramentos. A pesquisa teve como base as reportagens e falas reproduzidas por jornais durante o ano de 2012 e

2014. Para a análise das reportagens e falas das lideranças políticas de Santa Catarina, focados principalmente nos principais nomes de PMDB, PP e do PSD, foram utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004). Essa escolha fundamenta-se no fato de ser uma ferramenta de compreensão dos pronunciamentos de tais políticos feita por meio de conceitos como: hegemonia, agonismo, antagonismo e pontos nodais.

Esse artigo organiza-se em três partes principais com subdivisões. Nesta primeira, foi apresentado um histórico da política catarinense e se segue uma subdivisão que narra como se deu a gestação da “Tríplice Aliança”. Na segunda seção será apresentada a matriz teórica utilizada para as análises dos pronunciamentos das lideranças políticas, ou seja, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Na terceira seção, serão apresentados os argumentos utilizados pelas lideranças políticas de PP, PMDB e PSD para caracterizar a coligação entre as siglas para a eleição estadual. Também serão demonstrados os sentidos gerados pelos envolvidos no processo e evidenciado o posicionamento das lideranças e militantes sobre a coligação que formaria a “Tríplice Aliança”.

### 1.1. O que levou à formação da “Tríplice Aliança”

Até meados da década de 1980, a política de Santa Catarina era sustentada, em sua maioria, por alianças oligárquicas. Com a redemocratização, a influência das oligarquias diminuiu e governos de coalizões partidárias ligados ao centro-direita e ao centro-esquerda passaram a se alternar no comando do Estado. Primeiramente, liderados pelo PFL ou pelo antigo PDS (que teve muitos nomes e hoje se chama PP) ou PMDB (CÔRTEZ, 2006). Assim, é vista uma alternância entre os governadores eleitos, sendo que já passaram pelo cargo nomes do PDS (que deu a vez ao PPB, que, como já comentado, é uma das denominações do atual PP), do PFL (futuramente transformado em DEM e, hoje, com a quase integralidade de suas lideranças migradas ao PSD) e do PMDB. Em 2002 tem início o governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) que seria reeleito em 2006 e na eleição seguinte conseguiria eleger seu sucessor, Raimundo Colombo (PSD). LHS só foi eleito após uma ampla coalizão partidária que, liderada pelo PMDB, ainda contava com os apoios do PSDB e do antigo DEM, além de siglas de menor densidade, como PPS, PTB e PCdoB. No segundo turno das eleições estaduais de 2002, quando Luiz Henrique enfrentava Esperidião Amin (PP), até mesmo o PT deu apoio ao candidato ao governo estadual – permanecendo na base governista até 2004, quando migrou para a oposição.

Mas, para entender melhor a rixa entre progressistas e peemedebistas, o regresso é um pouco maior. Depois da redemocratização, o PP – que na época se chamava PDS – e o PMDB polarizam a disputa nas eleições estaduais. Na época, o PP era o partido com o maior número de filiados e que estava presente, até 2005, em todas as cidades de Santa Catarina<sup>4</sup>. A principal liderança do PP, depois de meados da década de 1980, quando Jorge Bornhausen deixou os progressistas para formar o PFL, era e ainda é Esperidião Amin. Ex-diretor da Telesc e do Badesc<sup>5</sup>, Amin foi prefeito biônico de Florianópolis durante o período da ditadura, deputado federal e secretário dos Transportes do governo de Jorge Bornhausen. Foi eleito governador de Santa Catarina em 1982, sempre polarizando sua disputa contra o PMDB, que apresentou um leque de oponentes: Dirceu Carneiro, Nelson Wedekin e Pedro Ivo Campos. Este último, eleito governador em 1986.

Do outro lado, o PMDB não era um partido tão concentrado na mão de um único nome, sempre tendo disputas internas e inúmeros caciques, como Casildo Maldaner, Paulo Afonso Vieira, Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique da Silveira. Oriunda do MDB, a sigla herdou com a redemocratização duas alas bem diferentes: uma mais moderada e outra mais progressista. Mas, no fim, como retrata Yan Carreirão, no artigo “Os Partidos na política catarinense: eleições, processos legislativos e políticas públicas” (2006), as diferenças dos líderes partidários do PMDB são mais de ordem regional do que de cunho ideológico.

Se a disputa já era polarizada a nível estadual – tendo PFL como terceira e PT como quarta forças, sendo que o PSDB se constituía como força emergente – os embates a cada quatro anos entre PP e PMDB atingiram seu ponto alto durante a campanha de 2002. Aquele pleito foi marcado pela virulência entre os partidos e os candidatos (Amin contra Luiz Henrique), sendo que houve até mesmo uma polarização de cidades. O discurso do peemedebista<sup>6</sup> era de que Amin era o candidato das oligarquias e da Capital e ele, LHS, era o candidato que iria descentralizar a administração, representando o interior – seu reduto eleitoral é em Joinville, maior cidade em termos populacionais do Estado. A vitória de Luiz Henrique por apenas 21 mil votos de diferença, sendo que este obteve 76% dos votos joinvilenses, acabou ampliando a rixa existente entre as siglas. A derrota

---

<sup>4</sup> Em Carreirão (2006), é possível encontrar uma história mais detalhada das principais siglas catarinenses.

<sup>5</sup> Respectivamente: Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc) e Banco de Desenvolvimento Estado de Santa Catarina (Badesc). Ambas eram empresas estatais. A Telesc foi privatizada nos anos 1990 e o Badesc é uma empresa de economia mista que manteve a sigla, mas hoje é denominada “Agência de fomento do Estado de Santa Catarina”.

<sup>6</sup> Pode ser conferido em várias entrevistas da época, sendo aqui citada apenas Maschio (2002).

jogou o PP para a oposição durante os dois mandatos de LHS, oposição marcada por vários processos na Justiça, que tentavam barrar projetos do governador peemedebista. Mesmo assim, Luiz Henrique se valia da “Tríplice Aliança” para conseguir a aprovação de suas propostas.

Foi nesse panorama político que emergiu o nome de Raimundo Colombo. Suplente de deputado estadual já em 1987, Colombo é cria política de Jorge Bornhausen. E foi com a “Tríplice Aliança” que conseguiu alçar voos mais altos. No DEM, o político lageano foi eleito senador em 2006, com o apoio de LHS. Em 2010, após disputas internas, acabou superando o nome de Leonel Pavan (PSDB) e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB), e foi alçado a candidato a governador. Nas eleições – que colocaram Luiz Henrique da Silveira como senador – ele bateu em primeiro turno Ângela Amin (PP) e Ideli Salvatti (PT). Depois de se eleger e ter dois anos divididos entre a necessidade de mudanças estruturais – como a reestruturação das secretarias regionais, que foram criadas por Luiz Henrique – e a gratidão com o ex-governador, Colombo começou a fazer gestos de aproximação com o PP, tentando criar uma forma de não ficar tão dependente do PMDB. Mas, antes mesmo da oficialização do convite, a possibilidade de convivência dos rivais dentro da mesma coligação já rendia críticas de aliados, como do ex-vice-governador Leonel Pavan (PSDB): “cada um segue o caminho que quiser, mas excluindo quem sempre esteve junto para fazer composição com adversários históricos, quem vai se surpreender é a população”, disse ao Diário Catarinense (VIANA, 2012, s./p.). Era diante desses desafios, ao tentar unir discursos dispersos e evitar os ataques de aliados, que Colombo tentava criar uma “Tríplice Aliança” com um rival histórico de cada lado.

## **2. A Teoria do discurso de Laclau a Mouffe: apresentação de conceitos**

A teoria do discurso que sustentará a análise foi inspirada na obra “Hegemonia y estrategia socialista: hacia una nova radicalización de la democracia”, escrita por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004). Ao longo do texto, outros trabalhos de Mouffe, Laclau e comentaristas contribuem para a compreensão e o desenvolvimento do trabalho.

Antes de explicar a teoria do discurso, é necessária a contextualização histórica de como ela surgiu. O pós-marxismo, como é conhecida a corrente em que se encontram Laclau e Mouffe, começou a ser desenvolvido pelos autores a partir de 1980. O objetivo era preencher as lacunas da teoria marxista, adequando-

as às transformações que a sociedade capitalista havia atravessado. Essa mudança teórica possibilitou o desenvolvimento de um projeto de política radical, objetivo principal dos autores. Teóricos da tradição marxista, os dois sofreram grande influência da obra de Antonio Gramsci e de Louis Althusser. Sua teoria não deixa de representar um rompimento, embora nunca completo com a tradição marxista, reutilizando parte de seus preceitos para renová-la. Esse enfoque é justificado a partir de uma lógica que faça a desconstrução conseguir restaurar a tradição. Eles acabam apostando na ressignificação das mesmas – tradição e desconstrução. Isso vem de uma influência obtida principalmente com autores como Derrida e Lacan. Os autores afirmam que o enfoque dado por eles deve ser compreendido como uma tentativa de reapropriação de uma tradição intelectual e um esforço para ir além dela. Esse ir além seria necessário porque as teorias marxistas focadas em pressupostos deterministas e economicistas, já não davam mais conta das múltiplas relações sociais existentes na nossa sociedade (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 10). Segundo Joanildo Burity (1997), o marxismo teve sua desconstrução fundamentada por essas novas correntes teóricas a partir de críticas na centralidade da noção de discurso, da crítica da sociedade como totalidade e do caráter relacional de toda a identidade no enfoque pós-marxista. Outra crítica que os autores fazem à teoria marxista é sobre o fato de Marx descartar a existência de antagonismos sociais. Para Marx, existe apenas o antagonismo de classes. Ou seja, os donos dos meios de produção e os trabalhadores, expropriados dos meios de produção e que vendem sua força de trabalho. Laclau e Mouffe afirmam que o social não possui apenas esse momento de antagonismo, mas vários (LACLAU; MOUFFE, 2004). O referencial teórico do pós-marxismo proposto pelos dois está presente em correntes teóricas contemporâneas que reforçam o espaço de indeterminação nas relações políticas e sociais ao mesmo tempo em que rejeitam posturas essencialistas.

É a partir desses pressupostos que Laclau e Mouffe chegam à teoria do discurso. O pós-marxismo da dupla está ancorado numa lógica que busca a pluralidade de discursos que acabou por emergir na tradição marxista. A ênfase está na centralidade que a categoria de hegemonia vai assumindo no discurso marxista, justamente pela maior consideração da contingência dos processos políticos (diminuição dos determinismos). O ponto mais alto da centralidade da contingência está em Gramsci, com o conceito de hegemonia. Segundo o texto, as verdades são construídas discursivamente de forma ininterrupta. Não há uma única verdade, que sempre estará sendo construída. Os sentidos precisam ser

entendidos pelas pessoas a partir – dentro – de seus contextos.

[...] a) todo objeto está constituído como objeto de discurso, na medida em que este não é dado fora da emergência da constituição discursiva; e b) que qualquer distinção entre o que são usualmente chamados de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social, ou é uma distinção incorreta, ou tem lugar como uma diferenciação com a produção social de sentido, a qual está estruturada sob a forma de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 144-145).

Segundo os autores, todo e qualquer discurso é uma prática articulatória e significativa. Logo, essa prática acaba sendo responsável por organizar as relações sociais e também procuram construir pontos nodais, nos quais serão fixados parcialmente os sentidos – a fixação nunca é completa porque está sempre ameaçada pelo interior construtivo, pela possibilidade sempre iminente da insurgência do antagonismo. Assim, toda produção de sentidos depende de uma estrutura discursiva. Laclau e Mouffe consideram que o discurso funciona como a ligação entre as ações e as palavras, e que isso faz com que sejam formadas essas totalidades, que são o próprio discurso. A visão dos autores é de que o linguístico não poderá ser visto separado do social. Isso afasta toda e qualquer possibilidade de que haja separação entre as práticas não discursivas e as discursivas, já que o discurso iria possuir um caráter mental – não sendo apenas um ato de fala. Daniel de Mendonça afirma que todo espaço social é um espaço discursivo, porque "não se põe em prática um determinado discurso, uma vez que toda prática e sua correspondente materialidade já são, em si, discursos. Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa" (MENDONÇA, 2003, p. 140).

Seguindo, o ponto nodal de qualquer formação discursiva possui uma característica essencial para que sejam construídos os discursos. É através do ponto nodal que são feitas as uniões entre os momentos diferenciais, já que um ponto nodal, que é um ponto discursivo privilegiado, acaba englobando outros discursos em torno de si. Ele também é o determinante dos limites desse discurso, do que está articulado e do que não está. Ou seja, do que esse discurso representa e do que não representa. Segundo Mendonça (2003), um ponto nodal organiza em torno de si os momentos diferenciais de uma formação discursiva. Essa prática articulatória acabará resultando em um novo momento hegemônico, no qual estarão representadas suas particularidades.

Também é importante ressaltar que o ponto nodal, que se constitui como uma identidade hegemônica, é restringido pelo seu corte antagônico, ou seja, em

uma disputa discursiva, um ponto nodal sempre terá o seu antagônico. Logo, todo ponto nodal é uma particularidade universal que se constitui em uma hegemonia. Quando uma identidade específica se torna hegemônica, ela acaba esvaziando sua particularidade inicial. Isso faz com que ela se torne um significante vazio (LACLAU, 2011). Em qualquer disputa, haverá um discurso tentando ser hegemônico, uma identidade que tenta se impor e impor sua particularidade sobre outra, mesmo que seu sentido nunca possa ser construído plenamente e é isso que acaba tornando impossível a totalização do discurso. Todo momento hegemônico precisa obrigatoriamente de uma relação antagônica, já que o momento em que um discurso se torna hegemônico foi quando superou – mesmo que brevemente – algum outro discurso que o antagonizava.

Laclau e Mouffe (2004) argumentam que todos os discursos buscam universalizar seus conteúdos particulares, expandindo seu sentido na tentativa de se tornar um discurso hegemônico em seu contexto. Assim, no espaço social podem existir vários pontos de hegemonia que surgem a partir de antagonismos. Esses pontos, por serem responsáveis por um grande número de discursos, são modificados no processo para atingir a hegemonia e quando ficam hegemônicos. Ao se consolidar como discurso prioritário, acabam ampliando seus conteúdos e perdem seu sentido único, causando a totalização de seu discurso. É através dessas lutas entre prioridades discursivas que se constituem os discursos políticos. Podemos constatar que a hegemonia começa a partir de qualquer relação de luta política. O conceito de antagonismo parte da premissa que é impossível criar a objetivação de qualquer identidade, não havendo uma relação entre as identidades plenas. Todo discurso pressupõe que exista um outro discurso, antagônico. Para ficar claro, o discurso número 1 só existe porque há um discurso que é oposto e antagônico a ele, o discurso 2. Todo discurso se forma em oposição ao seu “polo negativo”.

[...] o antagonismo é o limite de toda objetividade. Isto deve ser entendido em seu sentido literal: como afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, de modo que é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal [...] o antagonismo com um “exterior constitutivo”. É o “exterior” que bloqueia a identidade do “interior”. [...] a força que me antagoniza nega a minha identidade no sentido estrito do termo (LACLAU, 2000, p.34).

O antagonismo também é responsável por evitar que haja o encerramento completo do significado/sentido de um discurso. Esse discurso antagônico é fator

determinante de impedimento de que um discurso seja totalmente ele mesmo (LACLAU; MOUFFE, 2004). Laclau e Mouffe falam que todo discurso que nega acaba se constituindo como antagônico, já que ao delimitar o corte antagônico, apontando quem fica na sua oposição, o discurso se constitui como “ele mesmo”. Eles consideram que o social é notado a partir de inúmeros antagonismos, que surgem e se multiplicam a partir do momento em que o sistema capitalista não consegue responder de forma satisfatória às demandas sociais. Nessa disputa, um discurso continuamente fica em negação ao outro, formando sentidos que vão em direções opostas: “[...] o antagonismo e a exclusão são constitutivos de toda identidade” (LACLAU, 2011, p. 88). O discurso não é apenas tudo que ele contém, mas também tudo aquilo que ele deixa de fora.

## 2.1. As Diferenças entre inimigo e adversário

Para efetuar a análise posterior, precisamos compreender o que significa a caracterização de discursos entre grupos políticos “inimigos” e “adversários”. Em “La Paradoja Democrática” (2003a), Mouffe acrescenta à teoria do discurso a noção de agonismo. Caracterizações como “antagonismo = inimigo” e “agonismo = adversário” serviram para que se pudesse distinguir melhor estas categorias dentro da teoria do discurso. Para definir o agonismo, a autora parte do pressuposto que todas as relações de poder são constituídas e produtoras do social. Assim, sempre estarão presentes nos confrontos discursivos. Para ela, o consenso é sempre provisório e sempre haverá antagonismo. Isso, pelo fato do consenso estar sempre dominando pela contingência e pela precariedade, Mouffe não acredita que o poder possa vir a ser dissolvido através de discussões racionais – sua corrente teórica acredita que é o poder quem fomenta e cria o social.

Para entender as diferenças existentes entre os conceitos de antagonismo e de agonismo são necessárias duas diferenciações. No antagonismo não há forma de haver um acordo comum entre os lados, entre o interior e o exterior. Discursos antagônicos promovem a luta entre – os discursos – inimigos. Por sua vez, no caso do agonismo, mesmo com as contínuas e seguidas disputas, há possibilidade de reconciliação entre os discursos. Assim, um discurso consegue dar legitimidade para a existência do outro. É nesse ponto que Mouffe enfatiza que a relação agonística sempre se dá em uma disputa entre adversários, ao contrário da relação antagônica, que acontece entre inimigos.

esse antagonismo pode se dar na forma amigo-inimigo, quando

o oponente é alguém que se quer destruir, erradicar. Não reconheço aqui nenhuma legitimidade, evidentemente isso é incompatível com a democracia. Mas, também esse conflito pode se dar na forma do agonismo. Sabe-se que esses grupos que estão se enfrentando nunca irão se reconciliar, que é uma luta entre dois projetos hegemônicos que não vão se reconciliar. Evidentemente, cada grupo vai lutar pelo seu projeto hegemônico, contudo irá lutar reconhecendo a legitimidade do oponente. O oponente não é um inimigo, é um adversário. Na medida, em que o conflito agonístico, que não deixa de ser um antagonismo, toma a forma domesticada [...] e essa imagem do animal selvagem que foi domesticado é boa porque mostra que essa domesticação nunca será total (MOUFFE, 2010, p. 242-243).

E assim chegamos a um dos pontos cruciais do projeto político defendido por Mouffe: a transformação das relações antagônicas e a contínua superação da relação entre inimigos (representado pelo antagonismo) para uma relação entre adversários (agonismo) – embora o antagonismo nunca possa vir a ser completamente superado.

Introducir la categoría del ‘adversario’ requiere hacer más compleja la noción de antagonismo y distinguir dos formas diferentes en las que puede surgir ese antagonismo, *el antagonismo* propiamente dicho y *el agonismo*. El antagonismo es una lucha entre enemigos, mientras que el agonismo es una lucha entre adversarios. Por consiguiente, podemos volver a formular nuestro problema diciendo que, visto desde la perspectiva del ‘pluralismo agonístico’, el objetivo de la política democrática es transformar el *antagonismo* en *agonismo* (MOUFFE, 2003a, p. 116-117)<sup>7</sup>.

Ao utilizar as categorias discursivas desenvolvidas por Laclau e Mouffe, algumas falas das lideranças políticas catarinenses possuem relações que vão do antagonismo ao agonismo, retornando posteriormente ao antagonismo. Por isso, a necessidade da utilização das duas categorias referentes à disputa política. Se num primeiro momento um partido não reconhece o outro, no segundo passa a o enxergar, mesmo que tenha um conteúdo programático distinto. Por fim, retorna a não vê-lo mais como adversário, mas sim como inimigo assim que outros discursos emergem.

---

<sup>7</sup> Em tradução do autor: “Introduzir a categoria do ‘adversário’ requer fazer mais completa a noção de antagonismo e distinguir duas formas diferentes nas quais pode surgir esse antagonismo, o antagonismo propriamente dito e o agonismo. O antagonismo é uma luta entre inimigos, já agonismo é uma luta entre adversários. Por conseguinte, podemos voltar a formular nosso problema dizendo que, visto da perspectiva do ‘pluralismo agonístico’, o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo”.

## 2.2. O Projeto político de Mouffe e Laclau

Embora não seja uma categoria de análise, o entendimento de qual é o projeto de Mouffe e Laclau é essencial. A democracia radical e plural busca o aprofundamento da democracia, como ideal concebido no século XVIII – dos ideais de liberdade e igualdade – até esticá-los às mais amplas esferas da sociedade. Ao querer a radicalização da democracia como uma opção para a esquerda, os autores estão oferecendo uma alternativa ao neoliberalismo. Em “O Regresso do Político” (1992), Mouffe mostra que o conflito é parte impossível de ser retirada da vida política, seja conflitivo ou agonístico. Partindo de premissas problematizadas por Carl Schmitt, Mouffe reconhece no conflito algo insuperável e fundamental para a sociedade. Sem o conflito, não haveria política. Por isso, os projetos deliberacionistas, como as propostas de Rawls e Habermas, que visam ao consenso da sociedade, são vistos como negativos. Mouffe defende que a democracia precisa ser vista como uma conquista inacabada, como uma luta constante, que sempre pode ser ampliada, mas nunca terminada.

Longe de ser o resultado necessário de uma evolução moral da humanidade, a democracia é algo de incerto e improvável e nunca deve ser tida como garantida. É sempre uma conquista frágil, que precisa de ser defendida e aprofundada (MOUFFE, 2010, p. 17).

São esses contínuos conflitos entre discursos antagônicos e as perguntas relacionadas às submissões existentes entre os sujeitos que dão a Mouffe (1992, p. 207-208) a ideia de que o social passa por uma fase de aprofundamento de sua revolução democrática. O crescente aumento do conflito social com o surgimento de variados sujeitos políticos é consequência das transformações pelas quais a sociedade capitalista vem passando, com a maior burocratização dos processos, da mercantilização da vida e do aumento na quantidade de meios de comunicação disponíveis para a população nas últimas décadas. Ao mesmo tempo em que essas mudanças na vida social levam ao potencial aumento das questões citadas, também possibilitam o surgimento de novos antagonismos que acabam resistindo às formas e aos efeitos criados por essas mudanças. Ou seja, se por um lado temos uma cultura do consumo, que acaba sendo uma das consequências do crescimento dos meios de comunicação, do outro temos o crescimento da resistência contra esse fato.

É nesse sentido, dentro do discurso liberal, que Laclau e Mouffe falam não em acabar ou em interromper a ideologia liberal que rege a democracia, mas sim

em criar formas de aprofundar a razão democrática existente nela. Assim, o trabalho de uma esquerda deverá ser aprofundar essa mesma democracia dentro do liberalismo político e conseguir fazê-la crescer rumo ao que eles caracterizam e nomearam de democracia plural e radical. Esse projeto dos autores de formatar uma nova democracia está diretamente ligada à lógica do liberalismo, já que em última medida é esta que acaba sendo responsável por criar mecanismos que enxerguem o pluralismo de sujeitos, discursos e situações e criem formas de abertura, que é o objetivo que toda democracia radicalizada propõe.

Como argumenta Mouffe (1992, p. 230), não é, necessariamente, o liberalismo que precisa ser questionado. Seus pressupostos são o de defender a liberdade que possuem os indivíduos para que cada um deles possa ser capaz de realizar seus objetivos. O que não deve e não pode acontecer dentro desse sistema democrático é a condução da dimensão de liberdade pura e simplesmente para a defesa da individualidade da burguesia. Daí a diferenciação entre liberalismo político e econômico.

A fragilidade dos entendimentos é realçada na ideia de democracia radical defendida pela dupla quando discutimos os processos da política e do político. Os dois termos – “político” e “política” – são considerados chaves para o entendimento do que vem a ser a identidade democrática, já que perpassam os interesses da razão e do elemento passional. Abaixo, mostraremos, nas palavras de Mouffe, a distinção entre eles:

Por ‘o político’ refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A ‘política’, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do ‘político’. Considero que é apenas quando reconhecermos a dimensão do ‘político’ e entendermos que a ‘política’ consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas que seremos capazes de formular o que considero ser a questão central para a política democrática (MOUFFE, 2005, p. 20).

Com esses conceitos delimitados na teoria dos autores que tentaremos analisar a tentativa de composição partidária em Santa Catarina em 2014 e seus desdobramentos.

### 2.3 A Luta pela união dos inimigos

Como já dito neste texto, o governador Raimundo Colombo vinha desde 2010 fazendo gestos de aproximação ao PP e sinalizando ao PMDB sua intenção para a nova coligação que teria os dois inimigos históricos e também maiores siglas do estado. Isso decorria também do fato de que o PT de Santa Catarina nunca deu mostras reais de que gostaria de fazer parte do governo de Colombo. Assim se em 2010 os gestos eram encarados com reserva, mas relativa tranquilidade pelas lideranças das duas siglas, a proximidade da data final para a composição de alianças fez com que os discursos ficassem inflamados, que demonstrações de força fossem feitas e que um ódio entre as partes ficasse visível.

Voltemos aos primeiros gestos para podermos efetuar a análise. Sem um cunho ideológico definido, o ódio entre PMDB e PP se estrutura sobre as mágoas de campanhas vencidas e derrotadas por ambos os lados, sobre ações na Justiça, tentativas de barrar ações do governo estadual no Legislativo e sobre as negativas de aproximações de lideranças nas maiores cidades do estado. Além disso, boa parte da rixa se ampara no desentendimento entre os ex-governadores Esperidião Amin (PP) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB). As siglas sempre foram vistas como excludentes. Quando o governador Colombo (PSD), de um partido neutro na disputa, fez gestos de aproximação aos progressistas, estes foram aceitos. Seu discurso se baseava nos seguintes argumentos:

**Quadro 1** – Principais pontos do argumento de Colombo de 2010 a 2012 sobre a formação da Tríplice Aliança

<b>Pontos principais apresentados contra a aliança</b>	<b>Argumentos de Colombo</b>
São rivais históricos. Ficam em espectros opostos do plano ideológico catarinense. Um mais à direita (PP) e outro mais à esquerda (PMDB).	Rixas do passado estão cicatrizadas e superadas. Prioridade é manter o controle do Estado. Um governo de coalizão é necessário. Além disso, PP e PMDB não têm ideologias tão diferentes.
O PMDB não quer perder o poder sobre o governador e nem sobre o governo. Controle que detém pelas últimas três gestões.	As candidaturas serão lançadas de forma mais igualitária, com o PMDB mantendo a prioridade na aliança, mas com o PP sendo compensado com uma vaga de candidato ao senado.
O PP quer utilizar a eleição de 2014 e tornar o nome viável de Ponticelli a governador em 2018, brigando contra um eventual candidato do PMDB.	Cada partido terá de construir sua própria candidatura ou até mesmo sua própria coligação para as eleições de 2018. É parte do jogo democrático.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os gestos de Colombo são acompanhados de declarações de aproximação, principalmente, vindas do PP e do PSD. Como Joares Ponticelli (PP) assinalou, a entrada de Colombo poderia ser decisiva para que o acordo fosse costurado:

“Temos um histórico de lutas em lados opostos, mas, no centro dessa composição, está o governador Colombo, que tem boas relações com os dois partidos e pode ser esse elo” (BOSCHI, 2014a, s./p.). São incluídos, nessa articulação discursiva, novos elementos quanto à necessidade do acordo que realçam a figura de Colombo. As ações lentas, mas graduais, vinham sendo costuradas, fazendo com que o PMDB deixasse a possível ligação com seu inimigo em aberta: “A unidade do PMDB tem que ser preservada, porque se tivermos unidos, para o lado que formos, iremos fortalecidos” (VIANA, 2012, s./p.), comenta o vice-governador Eduardo Pinho Moreira sobre a possibilidade de aliança com o rival. Uma nova significação quanto ao acordo se articula com o discurso contrário a ele. Podemos perceber seus sentidos a partir do pronunciamento acima. Mesmo sem aceitar a aliança, o PMDB cria uma significação hegemônica da necessidade de estar preparado para este acordo. Já o PSD veio tratando o assunto com calma, compreendendo que o acordo, além de envolver lideranças, precisava ser digerido pela base militante dos partidos. Seu presidente, Gelson Merísio, dava o acordo como uma probabilidade real, mas instável:

Entendo que essa dificuldade inicial vá diminuindo ao longo do processo. Até porque o PP também apoiou esse governo desde o primeiro dia dos trabalhos na Assembleia. Participar da chapa agora é só um passo a mais que será dado. Vai se construir um ambiente adequado à convivência (SANTAELLA, 2014a, s./p.).

Os discursos de aproximação e a fala amena foram transformando aqueles que eram inimigos e não poderiam conviver em um mesmo ambiente em adversários, que mesmo com objetivos distintos, enxergavam a possibilidade de conviverem sob o mesmo teto. Discurso, gestos e aproximações traduzidas em convite efetivo, por meio de uma carta<sup>8</sup> ao PP e outra ao PMDB, que ainda contou com um encontro formal com a presença de lideranças das duas siglas para formalizar o acordo. Entendimento que envolvia a manutenção do PMDB do candidato a vice-governador e a opção de o PP indicar o nome do candidato a uma vaga no senado. Como expressou Antônio Ceron (PSD), a época de mágoa deveria permanecer no passado. “Política você não divide, não diminui e não veta. Você soma, multiplica e agrega. Esse é o pensamento. Nesse espírito, tenho certeza que os partidos vão saber qual o melhor nome para escolher a composição”

---

<sup>8</sup> Isso tudo faz parte da construção discursiva favorável à “Tríplice Aliança”: das falas às atitudes, elementos linguísticos e extralinguísticos. O discurso é tudo isso.

(SANTAELLA, 2014c, s./p.). Mais uma vez, os argumentos figuram como construções discursivas que enfatizam a necessidade do esquecimento das mágoas e o entendimento de que a política se faz de adversários, não de inimigos. O discurso demarca a necessidade da aliança, mas também reforça o seu oposto, o corte antagônico – aqueles que não conseguem ficar no mesmo ambiente. Os sentidos podem ser entendidos assim:

**Quadro 2** – Percepção do PP sobre a aproximação para uma coligação entre PP e PMDB, junto com PSD

<b>Significado dado pela aliança</b>	<b>Sentidos para os envolvidos</b>
Tríplice Aliança, com PSD com o candidato a governador, PMDB com o candidato a vice-governador e o PP com o candidato ao senado. Torna a chance de vitória palpável e provável.	Para os peemedebistas a aliança significa a manutenção do poder por mais quatro anos. Para os progressistas, é a chance de participarem do governo depois de 12 anos afastados. Para o PSD, é a costura necessária para alcançar a vitória.
Rivalidade e hostilidade histórica entre PMDB e PP.	Para que o acordo de certo, as lutas entre as siglas devem ficar no passado. Os três partidos ganharão e haverá governabilidade na gestão.
Raimundo Colombo, atual governador e candidato à reeleição, principal articular da nova formatação da “Tríplice”.	Visto pelos integrantes das duas siglas como candidato ideal a reeleição, com trânsito entre os partidos e que busca encontrar uma forma de costurar uma aliança.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mas os discursos hegemônicos, que de antagônicos passaram sob influência discursiva feita por Colombo para próximo do que seria um adversário, são construções abaláveis. Como Mouffe explica: “Na verdade, acordos são possíveis. Eles são parte de um processo da política, mas deveriam ser vistos como reverses temporários numa confrontação em curso” (MOUFFE, 2003b, p. 16). Com a aproximação do prazo para serem firmadas as coligações e apresentados os candidatos ao governo do Estado, outros discursos passaram a disputar o papel hegemônico sobre o que PP e PMDB viriam a representar ao estarem juntos na mesma chapa. A significação da não existência de uma aliança é explicada por desacertos com relação à composição da melhor aliança e pelas lembranças das mágoas deixadas pelas disputas históricas entre as siglas. Assim, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) fala dos desafios para a transformação do inimigo em adversário dentro de uma mesma chapa, mas já inclinando o tom para um “nós”, que verá se aceita o grupo denominado como “eles”. “É um momento de tensão, em que as opiniões são diferentes, o que é normal na política. A pré-convenção foi uma etapa, agora, em cima dessa decisão, começa a outra, que é saber se aceitamos a entrada do PP na chapa” (SANTAELLA, 2014b, s./p.).

A busca por um consenso para a construção da chapa entre rivais históricos,

mesmo com gestos de ambas as partes e discursos amenizadores, encontrou obstáculos que rapidamente dissolveram a possibilidade de acordos. A significação sobre a impossibilidade da aliança gerou novos sentidos, como por exemplo: quais os cargos que deveriam ser oferecidos ao PP ou ao PMDB, e a insatisfação da militância com o acordo entre os rivais, expressos abaixo por meio de uma liderança pepista.

O meu partido não vai dizer nada? O Ponticelli, que é presidente do meu partido, vai fazer de conta que ninguém falou mal de nós? Por que alguém quer uma boquinha? É isso que eu quero saber. O governador acha que isso é normal? Eles dizerem que vão mandar nele, é normal? (GUERRA, 2014, s./p.).

Do outro lado, Mauro Mariani (PMDB) segue a mesma lógica:

Como é que eles vão fazer para ter que admitir o PP na chapa? O PP estará na chapa. E eles andaram pelo Estado dizendo que não. Mas daqui alguns dias eles vão ter que admitir. Não vou quebrar minha coerência. Simplesmente dei vazão ao sentimento contrário de repulsa que está na base (GUERRA, 2014, s./p.).

Assim, volta à tona o argumento da incompatibilidade entre as siglas, entre seus militantes e entre suas lideranças. O tom da diferença, da exclusão, do “nós” ou “eles” volta ativo e forte em torno da questão de que não haveria como tornar a questão aceitável às bases partidárias. A articulação de sentidos em torno da “incompatibilidade” entre as siglas acaba ajudando na construção hegemônica da impossibilidade do acordo. Isso resulta em uma exigência do PMDB de poder vetar o nome de Ponticelli como candidato ao senado, o que por sua vez, revolta o PP e seus militantes e leva a um impasse. Isso acaba implodindo a “Tríplice”: “O governador nunca disse isso (aliança com PP) e ele sabe das dificuldades que tem na base do PMDB para fazer uma aliança com o PP. Eu não imaginava que era tão forte esse sentimento anti-PP no PMDB” (BOSCHI, 2014b, s./p.), expressou o primeiro mentor da “Tríplice”, o ex-governador e atual senador Luiz Henrique da Silveira. Ou, como dito pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira: “De jeito nenhum. O PSD vai ter que optar entre nós e o PP. Esse sentimento anti-PP está por Santa Catarina. Como é que vão colocar num mesmo palanque o PP com Luiz Henrique e Paulo Afonso?” (FELTHAUS, 2014b, s./p.). Do lado do PP, as palavras foram ainda mais duras. No dia do rompimento, Ponticelli deu o seguinte discurso a sua militância – logo depois ele viria a aceitar o cargo de candidato a vice-governador na chapa de Paulo Bauer:

Há um sentimento de traição. Nossa gente está ferida. Tudo isto vai provocar a destruição muito grande da imagem do governador, que foi um fraco. A administração do Colombo é responsável por um tempo bom que ajudamos a construir. Mas ele perdeu o controle do processo na reta final. Foi uma traição. Não temos como sustentar o PP na aliança governista (PEREIRA, 2014, s./p.).

A oposição realizada por integrantes tanto do PP como do PMDB em relação a uma possível aliança com o PSD, se caracteriza como antagônica à tentativa do governador Raimundo Colombo de reformatar a “Tríplice Aliança”. E por mais que seja antagônica, também é possível perceber por meio das mesmas falas que a construção hegemônica da significação sabe da necessidade de alianças e daquele acordo. Contudo, as rixas históricas e o passado entre algumas lideranças ainda falaram mais alto e também contribuíram para inflamar a militância dos dois partidos. Se, em um primeiro momento, coube ao governador Colombo fazer gestos e ações discursivas em prol de um acordo e as lideranças do PP e do PMDB deixaram fluir a conversa e esqueceram suas rixas, em um segundo momento o discurso raivoso por anos de oposição do PP e anos de controle sobre o rival do PMDB se fez novamente presente. A partir das mesmas lideranças que tratavam da aliança, foi formulado um discurso hegemônico contrário à mesma. Com base nesta articulação discursiva contrária à “Tríplice Aliança”, pode-se perceber como se deu tal articulação em torno da construção hegemônica contrária ao acordo, marcado pelo seu corte antagônico:

**Quadro 3** – Significados do fim da possibilidade da Tríplice para os envolvidos na possibilidade do acordo

<b>Percepção sobre a frustrada tentativa de coligação</b>	<b>Sentidos para os envolvidos sobre os termos</b>
PP e PMDB juntos em uma mesma aliança.	Para ambas as bases partidárias é impossível a aliança, visto que há mágoas por desavenças do passado impossíveis de serem superadas. Um partido só enxerga no outro um adversário, um inimigo que deve ser excluído.
Fim da “Tríplice”	Para o PMDB, o fim da aliança era ruim, mas foi entendido como uma alternativa melhor do que se juntar ao PP. Para o PP, a falta de acordo é a manutenção do orgulho de não se unir com quem o quis rebaixar a uma posição periférica.
Raimundo Colombo, governador.	Para os peemedebistas, Colombo é visto como nome natural a um novo mandato e homem de palavra, que soube expressar a gratidão com o PMDB. Para o PP, passou a ser visto como fantoche e político sem palavra, já que entregou uma carta de comprometimento e voltou atrás.

Fonte: Elaborado pelo autor

Fica constatado que, se em um primeiro momento, o governador Colombo era o condutor do discurso hegemônico, partindo dele e de seus correligionários o discurso para a harmonia entre as siglas, em um segundo momento ele vê a articulação de um ponto nodal em torno da incompatibilidade que este acordo teria tanto para o PMDB como para o PP. Ponto nodal este que acaba assumindo uma postura hegemônica.

### **3. Sugerindo algumas respostas**

O ponto nodal, constituído tanto como o discurso conciliatório à formação da aliança como crítico ao acordo, possibilitou a hegemonia e a consolidação da oposição em torno de uma construção da “Tríplice Aliança” em Santa Catarina que contivesse o PP e o PMDB. A construção discursiva contrária à aliança, realizada pelas lideranças dos dois partidos, pode ser analisada como sendo o momento da hegemonia – da representação – de todos os políticos que se colocaram de algum modo contra o acordo. Assim, essa hipótese coloca as lideranças do PP e do PMDB como produtores dos sentidos críticos em relação à formação da “Tríplice” pretendida pelo governo Colombo. Isso eleva os sentidos críticos articulados em torno do ponto nodal oposicionista ao acordo como o momento hegemônico de representação de todas as lideranças contrárias à união.

Antes, havia dispersão de discursos que tentavam se articular em torno do consenso entre as siglas rivais, protagonizados pelos integrantes do PSD, representados por Colombo. Quando analisada somente a perspectiva apresentada por parte dos sentidos gerados pelas lideranças do PMDB e do PP, o ponto nodal e o momento hegemônico não são alterados. Pelo contrário, as significações diferentes garantem a articulação e hegemonomizam o posicionamento de tais lideranças críticas à aliança. O momento de condensação dos sentidos dessa representação se esvazia a tal ponto que somente pode ficar evidente nessa relação discursiva o posicionamento contrário ao acordo.

Esse significante vazio<sup>9</sup>, a união do PP e do PMDB na “Tríplice Aliança” – o ponto nodal –, relaciona uma variedade de críticas que, em princípio e em sua finalidade, não concordam com a união e se mostram críticos a aspectos que estão balizados pela justificativa da perda de identidade partidária de ambas as siglas em

---

<sup>9</sup> Vazio porque seus sentidos estão em disputa. Colombo propõe a aliança de uma forma e o PP a aceita, o PMDB concorda parcialmente e depois fala que só faria se fosse do seu jeito. Isso faz com que o PP não aceite. Então o projeto hegemônico do PSD não se consolida dessa forma porque o polo contrário à aliança se torna hegemônico. Uma outra hipótese, não explorada no artigo, é de que nesse caso o projeto hegemônico do PSD deixaria de ser um significante vazio.

caso de união. O convite feito pelo governo Colombo ao PP para integrar a “Tríplice Aliança” é o momento de condensação discursiva, em que se articula a oposição que posteriormente vai se transformar em antagonismo do PMDB, que não enxergará os progressistas mais como adversários com um objetivo semelhante, e sim como inimigos que disputam o poder.

Outra hipótese que pode ser analisada se refere ao momento contingente que emergiu inicialmente, quando houve a possibilidade de uma visualização mais clara entre situação e oposição, e a formação de uma nova “Tríplice Aliança” fica caracterizada nos discursos amenos das lideranças do PP e do PMDB. Esse discurso agonista, de união das diferenças pela visão do adversário ao invés do inimigo é fundamental até mesmo por ser responsável por contribuir na articulação do discurso oposto ao seu. Hegemonizando o discurso crítico a aliança está o corte antagonico construído – com os discursos defensores da aliança. Entendidas as hipóteses apresentadas, o discurso das lideranças do PP e do PMDB contrário ao acordo conseguiu articular demandas que não estavam contempladas na proposta da aliança – com um veto a um nome do PP, diferentemente do que tinha sido prometido. A crítica a uma aliança entre as siglas, a defesa do poder pelo PMDB e a tentativa de alcançá-lo pelo PP, as rixas históricas, as eleições passadas, a construção de um projeto de poder sem os inimigos. Todos esses pontos devem ser entendidos como elementos que constituem e dão sustentação na articulação do discurso que é crítico à “Tríplice”. A aliança vista como maléfica para os partidos emerge como ponto nodal; o ponto nodal se mostra como o ponto privilegiado de crítica à aliança, articulando diversos aspectos antes dispersos neste campo de discursividade. A contrariedade com a “Tríplice Aliança” é o que sustentou a formação dos discursos, mas isso foi expandido e extrapolou seus sentidos, tornando-se o momento de hegemonia.

O conceito de deslocamento também nos ajuda a compreender as hipóteses levantadas acima. O deslocamento é uma apropriação que Laclau fez de Jacques Lacan para compreender a radicalidade do antagonismo. Assim, a ruptura (deslocamento) acaba sendo o momento em que a estrutura não consegue responder a uma necessidade das demandas que não estão sendo atendidas. É o momento de novas significações em relação à própria estrutura (LACLAU, 2000). Neste momento ocorre a resignificação, quando o discurso ganhará um outro sentido que não aquele que tinha até então. E esse deslocamento é sempre oriundo de forças que fogem à estrutura, quando esta não consegue absorver uma ameaça discursiva. Podemos pensar que é a produção de sentido realizada inicialmente por

Raimundo Colombo e seus correligionários, de aproximação entre o PP e o PMDB que não conseguiu se articular e transformar a rixa histórica entre os inimigos em uma relação de adversidade, de possível convívio com o outro. Ou seja, foi esse discurso de proximidade que não conseguiu obter deslocamento da estrutura e que possibilitou o ressurgimento da identidade antagônica que forçou as siglas para mais distante uma da outra. Assim, a identidade de inimizade entre as siglas persistiu.

A tentativa de união entre o PP e o PMDB marcou uma primeira tentativa depois de anos seguidos sem diálogo, em uma disputa antagônica que é constituída por deslocamentos que nem sempre conseguem ser concluídos e que de forma alguma eliminam todos os antagonismos sociais. O deslocamento possibilitou o surgimento de uma identidade discursiva pró-aliança entre as siglas, que acabou não conseguindo se colocar como hegemônica devido à força do seu corte antagônico.

Levando em conta os princípios de Mouffe sobre o fato de que o constitutivo político deve ser marcado pela pluralidade de posições, a hegemonia de discursos em prol de uma “Tríplice Aliança”, se não fossem tratados como antagônicos, não seriam benéficos para a democracia. No caso de Santa Catarina, onde já se há poucas candidaturas a postos eletivos, com quase nenhuma diferença ideológica, a desistência de mais uma para um projeto político maior acabaria indo rumo ao consenso que os deliberacionistas esperavam. A pluralidade existente seria diminuída e retardaria ainda mais um lento processo de aprofundamento democrático. Como Mouffe fala: “as forças antagônicas nunca desaparecerão e a política é caracterizada pelo conflito e pela divisão. É possível alcançar formas de acordo, mas são sempre parciais e provisórias, uma vez que o consenso se baseia necessariamente em atos de exclusão” (MOUFFE, 1992, p. 95). Pelo bem de um aprofundamento da democracia, como visto nas declarações citadas ao longo do texto, tanto o PP como o PMDB, mesmo sem diferenças ideológicas, não conseguem se colocar como adversários e ao se manterem como inimigos tornam tangente a percepção de que as múltiplas posições não devem ser tratadas como algo negativo que precisa ser eliminado, mas sim como algo que deva ser incentivado e valorizado.

## Referências

ALESC, Agência. **Colombo transmite cargo e Ponticelli fica no comando de SC até dia 17.** 08 nov. 2013. 2013. Disponível em:

<[http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/colombo-transmite-cargo-e-ponticelli-fica-no-comando-de-sc-ate-dia-17](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/colombo-transmite-cargo-e-ponticelli-fica-no-comando-de-sc-ate-dia-17)>. Acesso em: 07/07/2014.

BOSCHI, Upiara. Rivais históricos namoram aliança eleitoral inédita em Santa Catarina. **Diário Catarinense**, 22 mar. 2014. 2014a. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/03/rivais-historicos-namoram-alianca-eleitoral-inedita-em-santa-catarina-4453949>>. Acesso em: 13/07/2014.

\_\_\_\_\_. Não imaginava que era tão forte o sentimento anti-PP, diz Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, 24 abr. 2014. 2014b. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/04/nao-imaginava-que-era-tao-forte-o-sentimento-anti-pp-no-pmdb-4482713>>. Acesso em: 13/07/2014.

BURITY, Joanildo. Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. In: OLIVEIRA, M. A. G. de (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O Sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Orgs.). **Os Partidos na política catarinense: eleições, processos legislativos e políticas públicas**. Florianópolis: Insular, 2006.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Instituições e ação estatal: coordenação nos governos estaduais catarinense e gaúcho - 2003/2006. In: SOUZA, C. de; DANTAS NETO, P. F. (Orgs.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

FELTHAUS, Rosane. Raimundo Colombo: assumo a responsabilidade de construir o processo eleitoral de 2014. **Diário Catarinense**, 25 abr. 2014. 2014a. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/04/colombo-assumo-a-responsabilidade-de-construir-o-processo-eleitoral-4484241>>. Acesso em: 12/07/2014.

\_\_\_\_\_. Pinho Moreira: "num determinado momento, o PSD vai ter que optar entre nós e o PP". **Diário Catarinense**, 25 abr. 2014. 2014b. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/04/pinho-moreira-o-psd-vai-ter-que-optimar-entre-nos-e-o-pp-4484131>>. Acesso em: 12/07/2014.

GUERRA, Larissa. Mauro Mariani diz que não subirá em palanque do governador Raimundo Colombo. **A Notícia**, 28 abr. 2014. 2014. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/04/mariani-diz-que-nao-subira-no-palanque-do-governador-raimundo-colombo-4486555.html>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una nova radicalización de la democracia.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MASCHIO, José. Oposição vence Amin por 21 mil votos. **Folha de São Paulo**, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2810200283.htm>>. Acesso em: 09/07/2014.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p.135-145, jun. 2003.

MOUFFE, Chantal. Entrevista. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 51, p.237-254, 2010.

\_\_\_\_\_. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **La Paradoja democrática.** Barcelona: Gedisa, 2003a.

\_\_\_\_\_. Democracia, cidade e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 11-26, out. 2003b.

\_\_\_\_\_. **O Regresso do político.** Lisboa: Gradiva, 1992.

PEREIRA, Moacir. Joares Ponticelli: "foi uma traição. Colombo foi um fraco". **Diário Catarinense**, 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2014/06/30/joares-ponticelli-foi-uma-traicao-colombo-foi-um-fraco/?topo=67,2,18,,77>>. Acesso em: 10/07/2014.

SANTAELLA, Thiago. Já temos a definição de que o PP estará na chapa majoritária, diz presidente do PSD. **Diário Catarinense**, 24 abr. 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/04/ja-temos-a-definicao-de-que-o-pp-estara-na-chapa-majoritaria-diz-presidente-do-psd-4483187.html>>. Acesso em: 12/07/2014.

\_\_\_\_\_. PMDB vai cobrar de Colombo apoio maior em 2016 e cabeça de chapa em 2018. **Diário Catarinense**, 14 maio 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/05/pmdb-vai-cobrar-de-colombo-apoio-maior-2016-e-cabeca-chapa-em-2018-4499769>>. Acesso em: 13/07/2014.

\_\_\_\_\_. PSD convida PMDB e PP para estarem juntos no projeto de reeleição de Colombo. **Diário Catarinense**, 20 jun. 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/06/psd-convida-pmdb-e-pp-estarem-juntos-no-projeto-de-reeleicao-de-colombo-4531692>>. Acesso em: 11/07/2014.

VIANA, Natália. Cúpula começa a desenhar uma nova tríplice aliança para 2014. **Diário Catarinense**, 02 nov. 2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2012/11/cupula>>

Pensamento Plural

[comeca-a-desenhar-uma-nova-triplice-alianca-para-2014-3937862.html](#)>.  
Acesso em: 11/07/2014.

Texto enviado em: 16/09/2014  
Aceito em: 19/12/2014